

Governadores vão definir com Collor estadualização da Codesa

AJ12922

Antonio Moreira



Paulo Vivacqua vai se encontrar com Eliezer Batista no próximo dia 1º

Câmara adia decisão sobre portos

BRASÍLIA — Apesar dos esforços do presidente Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), a Câmara dos Deputados não conseguiu votar ontem o projeto de lei de modernização dos portos, na pauta desde fevereiro do ano passado.

Por motivos diferentes, praticamente todos os partidos se declararam em obstrução, provocando o

adiamento. Nova sessão extraordinária foi convocada por Ibsen para hoje de manhã.

NEGOCIAÇÃO

A negociação entre os partidos, empresários e trabalhadores, que havia sido suspensa na noite de anteontem, recomeçou depois da sessão de ontem.

Pouco antes de começar a tentativa de votação

do projeto, às 16 horas, os presidentes das três federações de trabalhadores nos portos — estivadores, portuários e avulsos — convocaram uma greve, suspensa logo que se decidiu retomar as negociações.

Depois de evoluir na direção de um acordo na noite de ontem, a negociação voltou a emperrar nos mesmos pontos — a gestão da mão-de-obra, a definição da área de porto, a operação dos terminais privados e o registro dos trabalhadores.

O Espírito Santo quer todos os direitos sobre os serviços da Codesa

Os governadores dos estados envolvidos com o Corredor de Exportação Centroleste vão se reunir no próximo dia 2 de julho com o presidente Fernando Collor de Mello, em Brasília, para definirem a estadualização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

A informação foi passada ontem pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Paulo Augusto Vivacqua, que vai se encontrar com o secretário nacional de Assuntos Estratégicos, Eliezer Batista, no dia primeiro de julho, para discutir os procedimentos necessários à transferência dos direitos da Codesa para o governo capixaba.

O documento tratando da transferência já está em fase final, segundo Vivacqua. Por ele, o governo concede ao Espírito Santo todos os direitos referentes à exploração dos serviços portuários no Estado.

Ao mesmo tempo, o governo do Espírito Santo se compromete a admitir como sócios o Distrito Federal e os outros estados que compõem o corredor

de exportação (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins). Também seria avaliada a possibilidade de participação acionária das prefeituras do Espírito Santo e de Minas Gerais ligadas ao complexo porto/ferrovia.

A administração do porto seria escolhida pelo Conselho do Corredor (composto pelos seis estados e pelo Distrito Federal), mas na gerência está documentado que devem participar usuários, trabalhadores, estados e municípios envolvidos, no que se chama administração tripartite.

A posição política de todos os estados envolvidos vai garantir a regionalização da Codesa, na opinião do secretário. Além disto, isto já havia sido aprovado pelo ex-ministro da Infra-Estrutura, João Santana, e agora tem o aval do secretário de Assuntos Estratégicos, Eliezer Batista.

Para Brasília, o corredor de exportação também é fundamental para garantir sua saída para o mar, segundo o secretário. Existe, inclusive, um projeto para construção de um terminal de cargas na capital federal com capacidade para 200 mil toneladas de grãos ano, inicialmente, com perspectiva de expansão.